

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.414 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2001



Althoff (E), observado por Álvaro Dias, apresenta o relatório de mais de mil páginas, cuja leitura durou nove horas. Gilvam Borges (foto à direita) anunciou a apresentação de voto em separado

Relatório denuncia 16 dirigentes por irregularidades no futebol

Evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho são alguns dos crimes apontados no relatório apresentado ontem pelo senador Geraldo Althoff com as conclusões dos trabalhos da CPI do Futebol. O documento de 1.129 páginas deve ser votado amanhã, a partir das 9h30.

PÁGINAS 6 E 7

Plenário analisa hoje aumento de recursos para regiões carentes

PÁGINA 3

Língua de sinais pode ser usada em banco e hospital

A Comissão de Educação aprovou projeto que garante aos surdos o atendimento na língua brasileira de sinais em todas as repartições públicas, bancos e hospitais. A proposta da ex-senadora Benedita da Silva será agora examinada pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 10

Comissão vota fim da conta mínima de energia elétrica

Pequenos consumidores residenciais poderão desobrigar-se do pagamento da conta mínima de energia elétrica, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 5



Ronaldo Cunha Lima defende fiscalização de recursos do FAT na reunião presidida por Bezerra (D)

Comissão não libera verba para TRT-SP

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra, afirmou ontem que o Congresso não vai autorizar a liberação de recursos para obras irregulares, em especial para o fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Dessa obra, foram desviados R\$ 169 milhões, com a conivência do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

PÁGINA 9

Motorista profissional fará exame psicológico a cada cinco anos

PÁGINA 3

Comissão vota hoje emendas à proposta de reforma do Judiciário

Pauta da CCJ inclui 22 itens, inclusive projeto de Ademir Andrade alterando o processo de cadastramento de imóveis, que tem parecer favorável de José Fogaça

Após aprovar o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à proposta de reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) delibera hoje, a partir das 9h, sobre as 97 emendas objeto de requerimentos de destaque para votação em separado (DVS). Os parlamentares que encaminharam esses pedidos pretendem reexaminar não só as emendas consideradas prejudicadas ou rejeitadas por Cabral, mas também algumas das incorporadas em seu parecer.

Outro assunto controvertido em pauta na CCJ é o projeto do



Bernardo Cabral é o autor do relatório sobre a reforma do Judiciário, já aprovado

senador Ademir Andrade (PSB-PA) que altera o processo de cadastramento de imóveis. Em seu parecer, o senador José Fogaça (PPS-RS) opina pela aprovação da matéria, voltada para a "defesa

dos direitos fundiários e a reorganização dos registros públicos de imóveis". O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto em separado pela rejeição da matéria, por discordar, por exemplo, da possibilidade de o registro imobiliário ser cancelado pelo oficial de cartório.

Encerrada a greve de quase 100 dias dos professores de universidades públicas, marcada pela suspensão do pagamento dos salários pelo governo, a CCJ analisa parecer favorável do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que isenta de multas e juros os débitos de servidores públicos com salários em atraso. O benefício só alcançaria, no entanto, as dívidas do funcionalismo com subsidiárias, concessio-

nárias ou permissionárias de serviços públicos da União, de estados e municípios no período em que ocorrer o atraso no pagamento.

Também devem ser avaliadas na reunião da CCJ, cuja pauta contém 22 itens, projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos; projeto do senador Pedro Simon que transforma em autarquia o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além de tratar da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; e projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada e às glebas integrantes de programas de reforma agrária.

Proibição de clonagem e uso de silicone em exame na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, em reunião marcada para as 9h, substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de lei da Câmara que regulamenta o uso médico das próteses de silicone. De acordo com o substitutivo, é proibida a injeção de silicone líquido, exceto em casos comprovadamente terapêuticos, e tal prática é considerada lesão corporal, ficando o infrator sujeito a pena de até 12 anos de detenção.

A CAS analisa ainda substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regu-

lamenta as técnicas de reprodução humana assistida. O texto proíbe a clonagem radical de seres humanos e a prática da chamada "barriga de aluguel". Na última reunião da comissão, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e o próprio Lúcio Alcântara apresentaram emendas estabelecendo que somente os casais em união estável poderão ser beneficiários das técnicas de reprodução assistida e tornando mais rigorosas as penas para quem infringir a legislação.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS vota também, em decisão terminativa, projeto do senador Maguito Vi-



Sebastião Rocha apresentou substitutivo que restringe uso de silicone líquido

lela (PMDB-GO) que regulamenta a profissão de goleiro de futebol. Outro projeto a ser votado é o do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que regulamenta as profissões de motoboy e mototaxista.

Constam da pauta também, entre outros, substitutivo do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto do senador Ramez Tebet

(PMDB-MS) que concede desconto de 30% nas passagens aéreas, rodoviárias, fluviais e marítimas para os maiores de 60 anos e projeto do ex-senador Blairo Maggi que trata da pesquisa, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, utilização, importação, controle e fiscalização de agrotóxicos.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

9h30 — Recebe Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República
10h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
12h — Participa da missa de confraternização de Natal e de encerramento de ano do Congresso Nacional.
Salão Negro do Congresso Nacional
13h — Participa do almoço em homenagem ao secretário-geral da OEA, Cesar Gaviria. *Palácio da Alvorada*
15h — Recebe Maurício Botelho, presidente da Embraer
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*
Pauta: votação de créditos suplementares ao Orçamento 2001.
14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: projeto que dá a definição de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; projeto que obriga os novos aparelhos de televisão a conterem dispositivos de bloqueio temporário de canais; entre outros.

COMISSÕES

9h — *Comissão de Assuntos Sociais*
Pauta: 8 itens, incluindo projeto que estabelece o tempo máximo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias; projeto que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone; entre outros.

9h — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
Pauta: 23 itens, incluindo PEC que reforma o Poder Judiciário; projeto que altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis; projeto que fixa o limite máximo do valor das taxas de inscrição em concursos públicos.

10h — *Comissão de Educação*
Pauta: audiência pública para discutir a participação estrangeira no capital de prestadora de serviço de TV a cabo. Entre os convidados, Luís Eduardo Borgerth, assessor da vice-presidência do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e Murilo César Ramos, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

17h30 — *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*
Pauta: indicação de Orlando Galvêas Oliveira para o cargo de embaixador em Barbados; de Roberto de Abreu Cruz para exercer o cargo de embaixador junto à República Helênic; e de Bernardo Pericás Neto para exercer o cargo de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, em Montevidéu.

18h — *Comissão de Fiscalização e Controle*
Pauta: audiência pública destinada a ouvir Luiz Felipe Moreira Lima, diretor de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre a atuação da agência quanto à fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil.
20h — audiência pública destinada a ouvir Gonzalo Vecina Neto, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre a atuação da agência quanto à fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Motorista profissional deve fazer mais exames

Projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado estabelece para a categoria avaliação psicológica periódica a cada cinco anos. Matéria só depende agora da sanção do presidente da República para virar lei

Os motoristas profissionais deverão fazer exames psicológicos a cada cinco anos. Caso tenham mais de 65 anos de idade, essa periodicidade cai para três anos. Projeto aprovado ontem pelo Senado estabelece a obrigatoriedade desses exames. Já examinada pela Câmara, a matéria vai agora à sanção presidencial.

O autor do projeto, deputado Geovan Freitas, justificou a iniciativa em estudos não especificados segundo os quais o motorista profissional tem uma das atividades mais estressantes do mundo. O estresse se agrava, segundo ele, sob o aspecto psicológico, já que o motorista enfrenta exigências de atenção difusa e concentrada, cálculo de velocidade e distância, leitura de placas de sinalização, previsão e enfrentamento de situações de risco.

O autor argumenta que muitas anomalias comportamentais são oriundas do próprio exercício da profissão de motorista, não podendo ser detectadas à época de sua primeira habilitação para dirigir, quando se exige exame



Tuma defendeu a necessidade de exame psicológico periódico para motorista profissional

psicotécnico. O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP), concordou com os argumentos do autor.

A comissão havia aprovado, num primeiro exame, voto em separado do senador Roberto Freire (PPS-PE), contrário ao projeto, com o principal argumento de que a obrigatoriedade da avaliação psicológica "não estaria baseada em estatísticas claras a respeito". À época, Freire advertiu que todo legislador deveria atentar para que a alteração da lei se baseasse em fatos, não em espe-

culações.

O Plenário do Senado, no entanto, aprovou requerimento do senador Iris Rezende (PMDB-GO) solicitando o reexame da matéria pela CCJ. Em seu novo relatório, Romeu Tuma contra-argumentou que desde 1982, "quando os Departamentos de Trânsito passaram a regular com maior eficácia as perícias de avaliação psicológica, o número de acidentes fatais passou a decrescer". Na segunda avaliação da CCJ, foi aprovado o parecer redigido por Tuma. No Plenário, o texto foi aprovado em votação simbólica.

Adiada votação de mudança em ICMS sobre combustíveis

O Senado adiou para 17 de dezembro a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que transfere para os estados produtores a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) feita nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu o adiamento sob o

argumento de que hoje, às 18h, a proposta poderá ser amplamente discutida numa reunião com representantes da Petrobras, Ministério de Minas e Energia, Advocacia Geral da União e secretários estaduais de Fazenda. Para o senador o debate, a ser realizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), poderá esclarecer todas as dúvidas.

A proposta de Geraldo Melo aguarda deliberação em segundo



Geraldo Melo diz que proposta evita transferência de renda de regiões pobres

turno de votação. Se for aprovada, ainda será votada pela Câmara. Na justificativa da proposta, o senador argumentou que, ao transferir do estado produtor para o estado consumidor a cobrança desse ICMS, a Constituição hoje consagra um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas.

Jucá convida senadores a debater novas contribuições

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou em Plenário que haverá reunião aberta hoje, às 18h, para discutir a instituição de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre receitas obtidas com importação de combustíveis, objeto de proposta de emenda constitucional de iniciativa do Executivo e que

tem Jucá como relator. A reunião contará com a participação de técnicos da Petrobras e representante do Ministério de Minas e Energia, entre outros. O presidente do Senado, Ramez Tebet, fez um apelo aos demais senadores para que participem da discussão.

Jucá registrou ainda a realização do Fórum Nacional Antidro-



Romero Jucá também registrou realização do Fórum Antidrogas

gas, no período de 11 a 13 deste mês, no Colégio Militar de Brasília, quando será discutida a política nacional a ser adotada contra as drogas.

Aumento de recursos para regiões carentes terá decisão

Em segundo turno, o Senado vota hoje proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicada no financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pela proposta, a divisão dessa receita passará a ser a seguinte: 0,9% para o Norte, 0,9% para o Centro-Oeste e 2,2% para o Nordeste, permanecendo a garantia da destinação ao semi-árido de metade dos recursos dessa última região. Ademir Andrade apresentou a proposta argumentando que, se o Brasil não enfrentar os desequilíbrios regionais, os fluxos migratórios aprofundarão o desequilíbrio demográfico.

Na mesma sessão, o Senado

delibera sobre projeto originário da Câmara que obriga os fabricantes de televisores a incluírem nos aparelhos um dispositivo que permitirá o bloqueio da recepção de programas com cenas de sexo e violência. Pelo que prevê o projeto, as emissoras de TV e operadoras terão de dar uma classificação eletrônica a todos os programas contendo cenas de sexo e de violência.

Está também na pauta projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que coloca o contribuinte em situação de igualdade jurídica com o fisco, tornando mútuos direitos e deveres e impedindo presunções negativas contra um e outro.

Bornhausen define o projeto como "uma revolução cultural na compreensão da Constituição brasileira", enquanto a oposição condena a iniciativa, sustentando que ela beneficia o sonegador.

Malan terá que responder a questões sobre dívidas

O Senado aprovou ontem requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL) para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, envie à Casa informações necessárias ao exercício da função fiscalizadora do Parlamento.

Em seu requerimento, Eduardo Suplicy pede informações sobre as mudanças feitas para adaptar os cálculos da dívida externa brasileira às normas internacionais. Ele também quer saber quais os novos critérios adotados pelo Banco Central a respeito de empréstimos entre matrizes e filiais, os quais passaram a ser classificados como investimentos diretos.

O requerimento de Heloísa Helena é para que o ministro forneça informações sobre o perfil da dívida do setor agropecuário, a partir de 1990. As informações devem ser colhidas junto aos agentes financeiros e ao Banco Central, e devem contemplar inclusive os recursos dos fundos constitucionais, como Pronaf, Proger Rural e BNDES/



Heloísa Helena pede informações sobre dívida agropecuária a partir de 1990

Finame.

Os dois requerimentos chegaram ao Plenário com pareceres favoráveis do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou projetos autorizando o funcionamento de duas emissoras de rádio: Associação Comunitária e Cultural de Caçu, de Caçu (GO), e Associação Rádio Comunitária de Jaboticatubas, da cidade de Jaboticatubas (MG).

Na ocasião, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu o apoio da Casa para a aprovação da emissora de Caçu, dizendo ser essa uma cidade jovem e progressista.

Infra-Estrutura acolhe indicações para Agência Nacional do Petróleo

Sebastião do Rego Barros Netto é indicado para diretor-geral e Luiz Augusto Horta Nogueira para continuar como diretor da ANP. Os nomes ainda serão submetidos ao Plenário do Senado

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação do embaixador Sebastião do Rego Barros Netto para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a recondução do professor Luiz Augusto Horta Nogueira ao cargo de diretor da agência. O Plenário do Senado ainda se pronunciará sobre as duas indicações do presidente da República.

Em sua exposição aos senadores, Sebastião do Rego Barros Netto afirmou que a proteção dos consumidores é uma das tarefas mais relevantes da ANP.

Luiz Augusto Horta Nogueira citou entre as principais ações da ANP até o momento a implantação do Programa de Monitoramento da Qualidade, que cobre praticamente 90% do mercado nacional.

Relator da indicação de Barros para diretor-geral da ANP, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apresentou parecer favorável, destacou a importância das agências reguladoras depois das privatizações e do processo de globalização. Já o senador Teotônio Vilela



Sebastião do Rego Barros Netto e Luiz Augusto Horta Nogueira foram sabatinados pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Alberto Silva (centro)

Filho (PSDB-AL), relator da indicação de Nogueira, ressaltou a sólida formação acadêmica do professor.

Durante a sabatina dos indicados para a diretoria da ANP, o presidente da CI, senador Alberto Silva (PMDB-PI), informou que esta semana Nogueira esteve no Piauí inaugurando, na Universidade Federal do estado, uma unidade de controle de qualidade de combustíveis. Também participando do debate, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) indagou a Barros se o brasileiro poderá pagar menos ao abastecer seu carro se o país se tornar auto-suficiente em petróleo. O embaixador disse acreditar que

sim, mas ressaltou que o preço dos combustíveis depende muito mais da Receita Federal e do Ministério da Fazenda – pela alta carga de impostos – do que da ANP.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) indagou se o Brasil está avançando na questão do gás desperdiçado na produção do petróleo. Nogueira respondeu que a queima do gás associado é uma preocupação antiga da ANP, e que uma das medidas já tomadas foi instituir a cobrança de *royalties* sobre o gás queimado. O senador Bello Parga (PFL-MA) quis saber se a liberação da importação de gasolina e óleo diesel, a partir do próximo ano, re-

duzirá o preço ao consumidor. Barros mais uma vez disse acreditar que sim, mesmo lembrando da carga tributária.

Em sua intervenção, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) lembrou que a criação das agências reguladoras foi um passo importante para o país. O senador Luiz Otávio (PPB-PA) observou que no Amazonas a Petrobras e o governo do estado discutem se o gás deve ser transportado por gasoduto ou barcaças. Nogueira respondeu que a solução pode ser usar os dois modelos.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) indagou por que o preço dos combustíveis aumenta quando o dólar sobe e não cai quando a moeda norte-americana cai. Nogueira informou que o mecanismo foi utilizado três vezes e o preço dos combustíveis caiu em uma delas. Ele acrescentou que o sistema deixará de ser usado em janeiro, quando os preços serão liberados.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), vice-presidente da Comissão de Infra-Estrutura, questionou sobre o percentual que o custo do petróleo representa no preço da gasolina ao consumidor. Nogueira informou que 60% do preço final dos combustíveis são de impostos.



José Botafogo Gonçalves com o presidente da CRE, senador Jefferson Péres

Novo embaixador na Argentina é aceito pela CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem indicações presidenciais para os cargos de embaixador do Brasil em Maurício, na Bélgica e na Argentina. Foram indicados, respectivamente, os diplomatas Jório Salgado Gama Filho, que acumulará Maurício com a embaixada na África do Sul, Synesio Sampaio Goes Filho e José Botafogo Gonçalves.

Também foi aprovado requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), de moção dirigida ao governo e ao Congresso norte-americanos manifestando a preocupação do Senado Federal com as anunciadas medidas de proteção contra a importação de aço, que poderão afetar as exportações brasileiras.

Emocionado, o relator da indicação do embaixador José Botafogo Gonçalves, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), lembrou da amizade que ambos mantêm há muitos anos e do gesto de solidariedade do diplomata quando Távola era exilado político no Chile. Segundo o senador, Botafogo não deixou que a amizade fosse suplantada por uma questão política e frequentou sua casa no exílio. Ele ainda destacou a "impecável folha de serviços" do embaixador, principalmente na manutenção do Mercosul.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), convocou para hoje, a partir das 17h30, reunião extraordinária para apreciar indicações de mais três embaixadores. Ele explicou que atendia à solicitação do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que alertou para os prazos de tramitação e o risco de os embaixadores não poderem tomar posse. Os indicados são Orlando Galvêas Oliveira, para a embaixada brasileira em Barbados; Roberto de Abreu Cruz, para a República Helênia; e Bernardo Pericás Neto, para a chefia da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino Americana de Integração, em Montevidéu.

CAE aprova diretor de assuntos internacionais do Banco Central

A indicação do economista Beny Parnes para o cargo de diretor de assuntos internacionais do Banco Central foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, com 17 votos favoráveis e dois contrários. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ex-aluno da University of Pennsylvania (EUA), Parnes ainda terá seu nome apreciado pelo Plenário do Senado.

Em sua exposição inicial, Beny Parnes disse que um dos grandes desafios do país é aumentar as taxas de crescimento de forma sustentável a longo prazo, para criar empregos. Ele acrescentou que uma pré-condição para o crescimento sustentável é a previsibilidade econômica.

— Cabe ao Banco Central um papel crucial, pois sua missão é zelar pela preservação do poder de compra da moeda e pela solidez do sistema financeiro — afirmou.

O relator da indicação, senador Bello Parga (PFL-MA), questionou se taxas de juros altas são inibidoras do desenvolvimento sustentável. Parnes respondeu que, em curto prazo, sim. Mas, como têm por objetivo manter a estabilidade econômica e monetária, os juros altos são necessários para garantir as metas de inflação.

A questão da autonomia do Banco Central foi abordada por vários senadores. Ao responder ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), Parnes manifestou-se favoravelmente, considerando que a sociedade fixaria as metas de inflação e o BC apenas trabalharia para alcançá-las.

Contrário à autonomia, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exemplificou que uma vitória da oposição na próxima eleição presidencial traria um difícil relacionamento com o BC tendo à frente uma diretoria escolhida pelo go-



Beny Parnes (à esquerda) foi sabatinado e obteve aprovação da maioria dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos

verno atual. Por outros motivos, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) também manifestou-se contra. Ele exemplificou que, se o sistema existisse há alguns anos, o Banco Central seria comandado ainda por Gustavo Franco.

— Ele provavelmente continuaria insistindo em manter o dólar valendo 80 centavos de real e o Brasil já teria quebrado — afirmou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que o governo ainda não enviou ao Congresso nenhum projeto sobre autonomia do BC, sendo precipitada a discussão. José

Fogaça (PPS-RS) disse que provavelmente o governo enviará uma Lei de Responsabilidade Monetária, e não apenas um projeto de autonomia do BC.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) desejou que Parnes desempenhe com competência a missão. Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) perguntou se a moratória decretada pelo país em 1987 ainda se reflete hoje. O economista disse que mesmo países que deixaram de pagar suas dívidas na década de 30 ainda sofriam seqüelas do calote.



Conforme Mauro Miranda, proposta pretende garantir transparência e ética na administração pública

Mauro propõe redefinir crime de prevaricação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou projeto de lei que redefine o crime de prevaricação contra a administração pública, tipificando-o como "retardamento, omissão ou prática ilegal dos atos de ofício por agente público". Ele afirmou que a redação do Código Penal, ao caracterizar o crime relacionando sua prática a interesses ou sentimentos pessoais, apresenta elemento subjetivo de "difícil configuração", tornando praticamente impossível a materialização do delito e a responsabilização penal dos infratores.

A mudança na tipificação do crime de prevaricação, conforme Mauro Miranda, representa, na prática, o fim do engavetamento de processos administrativos, cíveis e criminais contra servidores públicos.

— Pretendemos banir, com a nova tipificação, a conveniência política, os favores pessoais e mesmo a corrupção passiva no trato dos processos que visem punir os maus gestores da coisa pública — disse.

A proposta, na avaliação de Mauro, reprimiria a má conduta de agentes públicos encarregados de processos investigatórios, que, agindo intencionalmente, deixam impunes servidores corruptos e, em muitos casos, agentes privados igualmente envolvidos em atos ilícitos.

O senador afirmou que o aprimoramento legal proposto pelo projeto é fundamental para garantir transparência e ética na administração pública, principalmente, ressaltou, no momento em que a sociedade brasileira tem sido assolada por escândalos de corrupção.

Comissão aprova fim da taxa mínima de energia para pequeno consumidor

Projeto de Osmar Dias, acolhido pela CAE, estabelece a cobrança apenas do que for efetivamente consumido. Na opinião do autor, a proposta estimula o usuário a economizar

Os pequenos consumidores residenciais poderão deixar de ser obrigados a pagar uma conta mínima de energia elétrica. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem parecer favorável a projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que prevê a cobrança apenas da energia efetivamente consumida e proíbe as concessionárias de cobrar o chamado custo de disponibilidade.

— O projeto promove justiça social — afirmou, durante o debate na comissão, o relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), explicando que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabelecer os mecanismos operacionais de implantação da medida.

A cobrança de taxa mínima dos consumidores residenciais pelas concessionárias de energia foi suspensa pela Câmara de Gestão da Crise Energética. Dessa forma, o consumidor que cumprisse a sua meta de economia poderia receber o valor integral do bônus a que teria direito. Uma vez terminado o racionamento, acabarão também os bônus. Mas não haveria razão, segundo Ornélas, para



Na justificativa do projeto votado pela CAE, Osmar Dias afirma que a busca da economia de energia

não se manter o estímulo à economia de energia.

Na justificativa do projeto — que ainda será apreciado pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) —, o autor sustenta que a busca da economia de energia deve ser um objetivo permanente do país. "Se um pequeno consumidor souber que poderá economizar e pagar unicamente pelo que consumiu, terá todo interesse em reduzir o seu consumo", pondera Osmar Dias.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), con-

cedeu vista — a pedido do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) — de outro projeto motivado pela crise de energia. A proposta modifica o Estatuto da Cidade, para tornar obrigatória a instalação, em edificações de uso coletivo, de equipamentos hidráulicos que permitam a utilização de energia solar para o aquecimento de água. Apresentado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), o projeto tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CAE aprovou, na mesma reunião, parecer do senador



Wellington Roberto (PMDB-PB) favorável a projeto de lei do

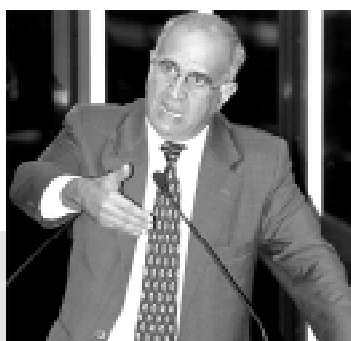
senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), destinado a modernizar a agroindústria do setor. A comissão acolheu ainda dois pedidos da prefeitura de Juiz de Fora (MG) para a contratação de operações de crédito no valor de R\$ 8 milhões, destinados à renovação da frota de veículos e à aquisição de tratores e caminhões.

Projeto dá mais garantias a trabalhador terceirizado

As empresas contratantes de serviços terceirizados passarão a ser subsidiariamente responsáveis pelo cumprimento de obrigações trabalhistas das empresas contratadas. A medida consta de projeto de lei do Executivo que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na forma de substitutivo, e será agora apreciado em Plenário.

De acordo com a proposta aprovada, a empresa contratante garantirá ao trabalhador da empresa que lhe presta serviços o mesmo tratamento médico e as mesmas refeições oferecidos a seus próprios funcionários. Mas não se vai configurar, diz o texto, vínculo de emprego entre os trabalhadores terceirizados e as empresas contratantes.

O projeto regulamenta também o funcionamento das empresas de trabalho temporário. Segundo o texto aprovado, a empresa contratadora do serviço terá de oferecer aos empregados da contratada — por



Paulo Souto apresentou substitutivo ao projeto que define normas para a terceirização

meio de contratos de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 — salário e jornada de trabalho equivalentes aos de seus funcionários. Deverá ainda oferecer-lhes proteção previdenciária e contra acidentes de trabalho.

As empresas de trabalho temporário deverão, de acordo com entendimento firmado entre os senadores durante a reunião da CAE, ter capital social mínimo de R\$ 100 mil. O relator do projeto, senador Paulo Souto (PFL-BA), concordou com o

estabelecimento desse capital mínimo, como forma de garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas das empresas contratadas. Mas não aceitou a proposta de senadores da oposição de estender o capital mínimo às empresas que prestam serviços a terceiros.

— Estaríamos criando enormes dificuldades ao estabelecer a obrigação de capital mínimo. Mais de 90% das empresas de prestação de serviços têm menos de 10 empregados e não teriam condições de contar com esse capital — alertou Souto.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), por sua vez, afirmou que a falta de um capital social mínimo tornaria ainda mais frágil a posição dos trabalhadores de empresas terceirizadas. Com o apoio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ela criticou também a falta, no projeto, de um dispositivo sobre a fiscalização dos direitos trabalhistas, e afirmou que as contratadoras de serviços deveriam ser solidariamente res-

ponsáveis pelo cumprimento desses direitos — e não subsidiariamente, como prevê o texto.

Souto disse que a proposta não retira direitos dos trabalhadores, uma vez que atualmente não existe responsabilidade subsidiária das contratantes. A posição do relator contrária à criação de capital mínimo para as empresas terceirizadas teve o apoio dos senadores Lúcio Coelho (PSDB-MS), Pedro Piva (PSDB-SP) e Bello Parga (PFL-MA), para os quais a medida poderia impedir a geração de empregos.

O estabelecimento de capital mínimo de R\$ 100 mil para as empresas de trabalho temporário ocorreu por acordo firmado entre o relator e o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que havia apresentado voto em separado com parecer favorável à emenda de Pedro Piva sugerindo o capital mínimo equivalente a 500 vezes o valor do salário mínimo. A vinculação foi considerada inconstitucional por Souto.



Documento apresentado por Geraldo Althoff propõe o indiciamento de 16 pessoas, incluindo os presidentes da CBF, Ricardo Teixeira, do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e do Vasco, Eurico Miranda

Relatório da CPI será votado amanhã

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou ontem seu relatório sobre os trabalhos da CPI do Futebol. Durante mais de nove horas os senadores se revezaram na leitura das 1.129 páginas do texto, que esmiúça irregularidades cometidas por dirigentes de clubes, federações e empresários de futebol.

O relatório aponta a ocorrência de crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho e propõe o indiciamento de 16 personalidades ligadas ao esporte mais popular do país. Entre os pedidos de indiciamento estão o do

presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, e dos presidentes de dois dos maiores clubes do Brasil: Edmundo Santos Silva, do Flamengo, e Eurico Miranda, do Vasco, contra quem Althoff quer que a Câmara abra processo por quebra de decoro.

Um pedido de vista feito pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) provocou o adiamento da votação para amanhã, às 9h30. Gilvam já anunciou a apresentação de um relatório paralelo do qual não constarão pedidos de indiciamento, mas apenas solicitações para que o Ministério Público aprofunde as investigações da CPI.

Denúncias contra Ricardo Teixeira ocupam destaque

A CPI concluiu ontem os trabalhos de investigação, com a leitura do relatório final do senador Geraldo Althoff. O documento, de 1.129 páginas, aponta várias irregularidades cometidas por dirigentes de clubes, federações e pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e pede ao Ministério Público que aprofunde as investigações. Os dirigentes são suspeitos de terem cometido, conforme revela o relatório, crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal.

A maior parte do relatório é dedicada à Confederação Brasileira de Futebol e ao seu presidente, Ricardo Terra Teixeira. Ele é acusado de ter usado o nome e o prestígio da CBF em benefício próprio como, por exemplo, para obter empréstimos pessoais junto ao Banco Delta a uma taxa de 10% de juros ao ano. Em contrapartida, informa o relatório, a CBF tomava um empréstimo no mesmo banco



Os senadores acompanharam durante mais de nove horas a leitura do relatório de 1.129 páginas

no valor de US\$ 10 milhões, a uma taxa de 53% ao ano.

O relatório aponta "vários descabros administrativos", além da falta de controle sobre planos e investimentos. "A CBF vem sendo conduzida de forma negligente", afirma Geraldo Althoff, para depois lembrar, tomando por base o relatório, que a empresa SBTR, que presta serviços à CBF, gastou de 1998 a 2000 R\$ 31 milhões entre viagens, hospedagens e outros itens, sem, en-

tretanto, comprovar as despesas por meio de notas fiscais.

O relatório revela que a gestão Ricardo Teixeira chegou a bancar campanhas políticas nas eleições de 1998, com gastos de R\$ 2,4 milhões, apesar de já apresentar, segundo o relatório, dificuldades de caixa. No mesmo ano, patrocinou viagens e hospedagens de cinco desembargadores para a Copa do Mundo, gastando US\$ 75 mil. Atualmente, a confederação acumula prejuízos em torno de R\$ 55 milhões.

Álvaro: trabalho contribui para nova fase do futebol

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse ontem que a CPI do Futebol realizou um trabalho sério de investigação e que o relatório do senador Geraldo Althoff deverá contribuir para que o futebol brasileiro entre em nova fase. Ele ressaltou que a comissão, além de apontar os erros cometidos por dirigentes de clubes e federações, propõe nova legislação com o objetivo de modernizar a estrutura do futebol brasileiro, que precisa de uma administração mais transparente, com a devida fiscalização e prestação de contas.

— O futebol está num estágio de pobreza — afirmou o presidente

da CPI, lembrando que o relatório aponta "vícios históricos, desvios, falcaturas, corrupção, ilícitos e crimes" de dirigentes que administram o futebol.

"PRESSÃO"

Antes de o relatório de Geraldo Althoff começar a ser lido, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que estava sendo pressionado pela imprensa para votar a favor do relatório oficial da CPI, "sem mesmo ter lido o documento". Ele afirmou que grande parte da imprensa defende o relatório e faz pressão para que os membros da comissão votem a favor.

Camata manifestou a sua estranheza com o fato de a comissão

não ter investigado o Atlético Paranaense, que, segundo disse, praticou irregularidades na venda de jogadores ao exterior. Em resposta, Álvaro Dias informou que o clube havia sido investigado, não tendo sido constatada irregularidade em suas contas.

Romeu Tuma (PFL-SP) considerou normal que a imprensa, antes de votação importante, pesquise o voto de cada parlamentar. Disse que também foi procurado por jornalistas, e nem por isso se sentiu constrangido.

Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que não se sentiu pressionado e revelou aos jornalistas o seu voto a favor do relatório Althoff.

Althoff pede indiciamento e processo de cassação de Eurico

O senador Geraldo Althoff, relator da CPI do Futebol, pediu ao Ministério Público Federal o indiciamento do presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), por crimes de falsidade ideológica, delitos tributários e eleitorais e tentativa de obstrução dos trabalhos de investigação. Os pedidos, bem como todo o relatório, ainda precisam de aprovação dos integrantes da CPI.

O relatório acusa Eurico de ter utilizado contas bancárias de "laranjas" em benefício próprio. A movimentação bancária de altas somas pelo funcionário do Vasco Aremithas José de Lima chamou a atenção dos senadores, que encontraram provas da movimentação de recursos de terceiros.

A análise dos extratos do funcionário do Vasco, cuja renda mensal declarada no Imposto de Renda é de menos de R\$ 3 mil, indica o uso da conta para o pagamento de despesas pessoais de Eurico Miranda e de familiares. A conta teria pago despesas da campanha eleitoral do deputado em 1998.

Segundo Althoff, há fortes indícios de discrepâncias entre os gastos declarados à Justiça Eleitoral e pagamentos feitos a empresas e pessoas físicas no período imediatamente anterior à eleição de 1998. A prestação de contas oficial revelou a soma de R\$ 124 mil de contribuições para a campanha — R\$ 50 mil foram repassados pela CBF.

A conta "laranja" de

Aremithas registrou no período pré-eleitoral débitos de R\$ 440 mil a diversas empresas com atividades relacionadas à confecção de material de campanha. As diferenças levaram o relator a solicitar ao MP o indiciamento de Eurico por crime eleitoral.

CASSAÇÃO

Althoff recomenda à Câmara dos Deputados a abertura de processo disciplinar contra Eurico Miranda "pela prática de atos desabonadores de sua conduta e atentatórios à dignidade do decoro parlamentar". Segundo o relator, o deputado do Rio de Janeiro praticou crimes comuns no exercício do mandato.

Outros dirigentes do Vasco, entre eles o ex-presidente Antônio Soares Calçada, também tiveram o indiciamento pedido por terem prestado informações falsas à CPI. À Secretaria da Receita Federal, Althoff solicita a apuração de diferença de R\$ 1,2 milhão entre a movimentação bancária de Eurico e suas declarações de renda entre 1995 e 1999. Pede-se ao Banco Central que apure ilícitos cambiais, e ao Tribunal Superior Eleitoral, a prestação de contas do deputado.



Álvaro Dias preside a reunião da CPI em que foi apresentado o relatório de Althoff



Além de sugerir ao Ministério Público o indiciamento de vários dirigentes de futebol, Geraldo Althoff propõe uma nova legislação para o esporte, inclusive com a criação de uma agência reguladora

Althoff propõe Lei de Responsabilidade Social do Futebol

Investigações apontam má gestão no Flamengo

A CPI do Futebol encontrou indícios de irregularidades na administração do Flamengo. Os senadores analisaram pareceres do conselho fiscal do clube e relatórios da auditoria Deloitte Touche conclusivos no que diz respeito à má gestão dos recursos sob a presidência de Edmundo Santos Silva. Outro ponto avaliado pela CPI é a existência de conta do clube no Banco Bilbao Viscaya em Grand Caymann, paraíso fiscal.

Em seu primeiro depoimento à comissão, Edmundo Santos Silva não confirmou a existência da conta, apesar de o relatório da auditoria independente, elaborado cinco meses após a posse do presidente, tê-la mencionado. No depoimento, Edmundo se comprometeu a enviar aos senadores documentos que esclareceriam o assunto.

— Ele não cumpriu o prometido, o que não causou estranheza à CPI, pois tal postura foi sistematicamente adotada por várias agremiações de futebol investigadas — observa Althoff no relatório.

Em entrevistas posteriores e nos outros dois depoimentos, Edmundo Santos Silva mudou sua versão para os recursos no exterior, dizendo tratarem-se de somas relativas a empréstimos feitos ao clube e que teriam sido devolvidos. Essa postura levou Althoff a pedir o indiciamento do presidente do Flamengo por crime de falso testemunho. O mesmo foi feito em relação ao ex-presidente do clube Antonio Augusto Dunshee de Abranches, em cuja gestão foi aberta a conta.

Segundo o relator, há fortes indícios de que a conta não era do conhecimento do Banco Central e da Receita Federal e de que funcionava como “caixa dois” para a movimentação de recursos não contabilizados. Althoff quer que o Ministério Público Federal, a Receita, o Banco Central e a Polícia Federal aprofundem as investigações verificando a possível ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, contra a ordem tributária e de apropriação indébita.

Além de apontar irregularidades envolvendo clubes e federações e sugerir o indiciamento criminal dos envolvidos, o relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), da CPI do Futebol, propõe uma nova legislação que permita o controle da administração esportiva.

O relatório propõe uma Lei de Responsabilidade Social do Futebol Brasileiro, segundo a qual o futebol profissional passa a ser entendido como ato de comércio,

por força da lei. Essa alteração torna dirigentes de clubes e federações responsáveis nos âmbitos cível e criminal por irregularidades cometidas em nome das entidades, da mesma forma que o são os responsáveis por sociedades comerciais. Eles seriam obrigados a publicar demonstrações contábeis e balanços patrimoniais a cada exercício, com o aval de auditorias independentes.

Outra novidade seria a criação

de uma agência reguladora para o desporto, incumbida de formular políticas, disciplinar as atividades esportivas, criar programas de estímulo e fiscalizar o cumprimento da legislação. Também seria criada, no âmbito do Senado, uma subcomissão permanente do desporto.

O relatório ainda propõe a regulamentação das profissões de árbitro de futebol e de agentes esportivos.

Três presidentes de federações podem ser indiciados

Os presidentes das federações de futebol de São Paulo, Eduardo José Farah; do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e de Minas Gerais, Elmer Guilherme, poderão ser indiciados por crimes de falso testemunho e gestão temerária dos recursos das entidades, entre outros delitos, caso o Ministério Público acolha sugestões contidas no relatório da CPI do Futebol, apresentado ontem.

Farah pode ser indiciado por crime de apropriação indébita e evasão de US\$ 1,2 milhão do caixa da federação, referentes à venda do passe do jogador Piekarski ao clube francês Bastia, e cujo valor só entrou na contabilidade da entidade dois meses depois de instalada a CPI e dois anos depois da transação. Há também outras suspeitas de apropriação de recursos da federação e de crime de lavagem de dinheiro. O relator da CPI, Geraldo Althoff, pede ao Ministério Público que aprofunde as investigações sobre as relações entre Farah e empresas que teriam emitido notas frias para justificar pagamentos feitos ao próprio dirigente.

Althoff também ressaltou a existência de fortes indícios de irregularidades na Federação do Rio de Janeiro. Na avaliação do relator, a entidade vem sendo administrada de forma imprudente e temerária pelo presidente Eduardo Viana, “lesando o patrimônio dos seus filiados e dos milhões de torcedores dos clubes cariocas”.

Por ter encontrado indícios de sonegação fiscal e malversação dos recursos da Federação Mineira de Futebol, Althoff resolveu pedir ao MP o indiciamento de Elmer Guilherme, que comanda a entidade há 35 anos. Chamaram a atenção dos senadores as incontáveis provas de nepotismo — admitido pelo próprio Guilherme. Dos 66 funcionários da Federação Mineira, 33 são parentes do presidente da entidade.

— Há elementos para que o Ministério Público proceda aos indiciamentos cabíveis de Elmer Guilherme e das demais pessoas envolvidas na administração da federação, por falso testemunho e por gestão temerária da entidade — disse Althoff.



Gilvam Borges discorda dos pedidos de indiciamento e diz que relatório tem motivações políticas

Gilvam critica relatório e anuncia voto em separado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou que apresentará amanhã voto em separado sobre as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol. Ele disse que o relatório do senador Geraldo Althoff, lido ontem perante a comissão, é faccioso e motivado por interesses políticos. Gilvam prometeu um texto conciso em oposição às mais de mil páginas de Althoff, mas disse que pretende “ampliar o enfoque das investigações”.

— Há muito engodo nesse relatório (de Althoff). Farei um trabalho objetivo, prático, o que para o Ministério Público será mais produtivo. Se fala em sonegação, então temos que pedir a varredura completa e os

indiciamentos devem ficar a cargo do MP — disse o senador, acrescentando que pedir indiciamentos, como fez Althoff, seria “uma irresponsabilidade”.

Gilvam Borges pediu ao presidente da CPI, Álvaro Dias (PDT-PR), que fossem concedidos cinco dias para análise do relatório de Althoff. Ele argumentou que a complexidade do trabalho exige mais tempo para a sua apreciação. Álvaro Dias indeferiu o pedido, salientando a necessidade de que se cumpra o cronograma da comissão, que prevê a entrega das conclusões ao Ministério Público, ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles e, “se possível”, ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Iris Rezende homenageia o jornalista Roberto Marinho

Senador disse que empresário construiu uma das cinco maiores redes de TV do mundo e esteve sempre ligado ao fatos mais importantes do país

Em discurso ontem no Plenário, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) parabenizou o jornalista Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, pela passagem dos seus 97 anos, comemorados na segunda-feira. O senador destacou que Roberto Marinho, “um visionário que construiu uma das cinco maiores redes de televisão do mundo”, esteve sempre ligado aos fatos mais importantes da história do Brasil nas últimas décadas.

Iris Rezende ressaltou que as Organizações Globo empregam quase 10 mil funcionários e cobrem praticamente 100% do território



Iris destacou que as Organizações Globo empregam quase 10 mil pessoas

nacional, englobam 32 emissoras de TV, 15 estações de rádio, jornais, revistas, produtoras, empresas de Internet e de TV a cabo. O império de Roberto Marinho, dis-

se, está hoje sob o comando dos filhos Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto.

O ponto de partida do império, lembrou Iris, foi o jornal *O Globo*, que Marinho herdou antes de completar 20 anos com a morte do pai, Irineu Marinho, aos 49 anos. A primeira concessão de TV foi obtida em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, mas a Rede Globo de Televisão só nasceria em 1965, disse o senador.

Iris Rezende acrescentou que a TV Globo nunca se descuidou da sua responsabilidade com a educação e informação do povo brasileiro.

Senadores exaltam realizações do empresário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem prestada por Iris Rezende ao presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho. Para Tebet, ao prestar a homenagem o Senado fez justiça para com um homem que tantos serviços realizou para o Brasil e que sempre fez uso do poder em favor da pátria.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que Roberto Marinho ajuda a escrever a história do Brasil, enquanto Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a história do Brasil terá que fazer referência ao jorna-

lista. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou que a Rede Globo tem levado cultura a todo o país.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que trabalhou durante 15 anos no jornal *O Globo*, declarou que sempre teve liberdade de expressão. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou o papel que a Rede Globo teve na integração nacional e Gilvam Borges (PMDB-AP) disse considerar Roberto Marinho “um empreendedor e um vencedor”.

O senador José Alencar (PL-MG) observou que ninguém chega onde

Marinho chegou por acaso. O senador José Fogaça (PPS-RS) destacou a importância das novelas da Rede Globo para a cultura brasileira, lembrando que em todo o mundo a novela é um produto de baixa qualidade mas no Brasil “tem linguagem atraente, é bonita, um produto nacional de qualidade e enraizada na cultura nacional”. Por sua vez, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que o bom trabalho da Rede Globo fez com que o Brasil se destacasse mundialmente. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) associou-se também à homenagem.



Maguito propôs voto de aplauso ao ex-jogador, pelo trabalho no esporte e em favor da infância

Maguito presta homenagem ao ex-jogador de futebol Raí

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou ontem, em Plenário, homenagem ao ex-jogador de futebol Raí, que encerrou oficialmente sua carreira com uma festa na França, em outubro, promovida pelo Paris-Saint Germain, um dos clubes

em que atuou.

Maguito disse que Raí coordena, junto com o jogador Leonardo, a fundação Gol de Letra, instituição que contribui para a promoção da infância e da juventude, procurando minimizar o sofrimento de crianças em situação de risco.

Mozarildo Cavalcanti critica declarações de Ciro Gomes

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considerou injustas e irresponsáveis as declarações do candidato à Presidência da República pelo PPS, ex-governador do Ceará Ciro Gomes, de que “esterco de galinha e político são a mesma coisa”. A frase, proferida durante debate sobre ética e cidadania, no Encontro Nacional da Construção Civil, realizado em Fortaleza, foi publicada pelo jornal *O Globo* no último dia 19 de outubro.



Para Mozarildo, candidato do PPS agiu como maniqueísta

— Não há nada mais emburrecedor do que a generalização — disse Mozarildo, para quem Ciro Gomes tratou uma realidade complexa de maneira simplificada, foi maniqueísta e empobreceu o debate sobre um tema importante, que

é a ética na política. O senador disse ser inadmissível que “a avidez em galgar o posto máximo da nação leve os candidatos a apelar à demagogia e às formulas de popularidade fácil”.

Lando denuncia assassinato de trabalhador em Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) denunciou ontem a morte do trabalhador rural Cleodini de Almeida, com apenas 28 anos de idade, ocorrida em Buritis (RO). De acordo com o senador, o assassinato denota ser uma vingança em decorrência de conflitos de terra. Ele informou que o corpo, esquartejado, foi jogado no Rio Jaci.



Lando responsabilizou Incra pela continuidade de mortes no campo

O senador responsabilizou o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela continuidade dos assassinatos no campo. Lando esteve na região no fim de semana, acompanhado do deputado Confúcio Moura, visitando a família do trabalhador assassinado.

Freire: Israel não deve ser intolerante com palestinos

A reabertura da primeira sinagoga das Américas, na tarde de ontem, no Recife, motivou o senador Roberto Freire (PPS-PE) a comentar a conduta do governo de Israel em relação ao povo palestino. Para o parlamentar, as ruínas do templo localizado na capital pernambucana ilustram a necessidade de que o



Roberto Freire anunciou reabertura da primeira sinagoga das Américas

governo de Israel não aja com a mesma intolerância religiosa que levou o governo português a destruir a sinagoga, há 347 anos.

Roberto Freire afirmou que o governo de Israel passa a idéia de que o líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, é um terrorista.

Santos quer liberação de recursos para vítimas de enchente

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) agradeceu a atenção e o empenho do governo federal no atendimento à população do Espírito Santo, vitimada pelas en-

chentes, que nos últimos meses ocasionaram 12 mortes e deixaram 5 mil desabrigados.

Ele disse estar acompanhando atentamente as medidas para o

reconhecimento, pelo governo, de calamidade pública no Espírito Santo, mostrando-se confiante na liberação de recursos para socorrer a população. O senador

relatou que o ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, determinou agilidade nos levantamentos para o reconhecimento da situação de calamidade.



Ricardo Santos agradeceu empenho do governo federal

Presidentes de câmaras pedem apoio de Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem uma comitiva de presidentes de câmaras municipais de várias capitais, que estavam acompanhados dos senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Leomar Quintanilha (PFL-TO). Eles entregaram ao presidente a Carta de Goiânia e um anteprojeto de proposta de emenda à Constituição (PEC) para modificar o art. 29, que trata da questão da autonomia financeira e fiscal dos municípios brasileiros.

A carta é resultado de recente encontro dos presidentes das câmaras municipais das capitais e explica os motivos pelos quais os vereadores pedem a alteração da Constituição. De acordo com o documento, as modificações implementadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal vêm provocando diferentes interpretações quanto aos limites de gastos das câmaras. Os vereadores alegam também que as mudanças, além de interferir na autonomia e independência dos municípios, têm gerado insegurança jurídica aos gestores públicos locais.

Os presidentes das câmaras pediram o apoio de Tebet para a PEC que deve ser apresentada ainda este ano e que pretende excluir, para efeito do cômputo do total de despesas que cada município pode ter, os pensionistas e os encargos sociais, mantida a explicitação de que os inativos já estão excluídos desse cálculo. Da forma como está hoje na Constituição, o artigo fixa em 70% da receita do Legislativo o valor máximo a ser gasto com a folha de pagamento, sendo que as despesas com os inativos já estão excluídas, mas os gastos com os pensionistas e com os encargos sociais foram esquecidos. Ainda conforme os presidentes, os percentuais fixados atualmente resultaram na redução dos orçamentos das câmaras municipais.

Os vereadores disseram ao presidente Tebet que ainda não definiram por qual Casa Legislativa a matéria deve começar a tramitar, mas o senador Eduardo Siqueira Campos recomendou que o Senado seja o primeiro a avaliar a PEC, por entender que a Casa pode imprimir um ritmo mais acelerado ao processo.

A Carta de Goiânia também define que os vereadores criarão um fórum permanente de presidentes das câmaras municipais das capitais e marca uma nova reunião do grupo para março de 2002, em João Pessoa (PB).

Carlos Bezerra afirma que não haverá liberação de verba para obra irregular

Presidente da Comissão Mista de Orçamento nega mudança na orientação sobre o assunto. Dinheiro só sairá quando o TCU informar ao Congresso que os problemas foram resolvidos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, garantiu ontem que o Congresso Nacional “não vai autorizar nenhuma liberação de dinheiro para obras irregulares”, principalmente para o fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, de onde foram desviados R\$ 169 milhões.

Obras com irregularidades sob investigação só terão verbas do Orçamento federal depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) concluir as averiguações e informar ao Congresso que os problemas foram resolvidos. Carlos Bezerra explicou que os deputados e senadores devem aprovar “verbas condicionadas” para essas obras no Orçamento 2002, mas a efetiva liberação dependerá dos relatórios do TCU, submetidos à Comissão de Orçamento.

Com isso, o senador esclarece notícias veiculadas na imprensa, segundo as quais a comissão estaria tentando contornar os relatórios preli-

minares de irregularidades apreendidos pelo TCU.

— Há um mal-entendido nisso. Não houve qualquer mudança da comissão quanto às obras com irregularidades — afirmou.

O senador exemplificou com as irregularidades encontradas nas obras de ampliação do aeroporto de Salvador. A empresa construtora propôs ao TCU depositar R\$ 30 milhões como garantia até que as investigações sejam terminadas. Com isso, o Congresso poderia permitir que as obras voltassem a receber verbas federais.

Conforme Bezerra, se o tribunal concluir pela culpa da empresa construtora, ela perderá os R\$ 30 milhões. O TCU concorda com a alternativa. Falta agora a comissão votar o parecer do tribunal sobre a garantia, uma situação inédita na área orçamentária federal. Por ser inédita, há polêmica sobre qual deve ser a posição do Congresso no caso.



Carlos Bezerra vê mal-entendido nas notícias de que obras irregulares teriam dinheiro

Quanto ao TRT de São Paulo, o projeto orçamentário prevê a destinação de R\$ 15 milhões às obras em 2002, desde que o TCU concorde. Serão necessários mais R\$ 25 milhões em 2003 para a sua conclusão. As obras deverão ser retomadas, mas sob fiscalização do Banco do Brasil. Os dois prédios já consumiram R\$ 234 milhões.

O TCU vai julgar uma tomada de

contas especial que fez do caso, proposta pelo Ministério Público Federal. Há processos na Justiça sobre o desvio de R\$ 169 milhões e são apontados como responsáveis o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o ex-senador Luiz Estevão e os empresários Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Ferraz, estes dois últimos donos da construtora Incal.

Ronaldo Cunha Lima quer fiscalizar aplicações do BNDES

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou ontem que o Congresso tem o dever de fiscalizar o uso do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinado às aplicações do BNDES. “É inadmissível que o Congresso esteja abrindo mão de suas prerrogativas. Afinal, trata-se de dinheiro proveniente da arrecadação do PIS-Pasep”, sustentou o senador, ao apresentar à Comissão Mista de Orçamento seu parecer sobre o setor de Previdência e Assistência Social, dentro do projeto de Orçamento da União para 2002.

Por lei, 40% dos recursos do FAT



Ronaldo (centro) deu parecer sobre o setor de Previdência e Assistência Social no projeto de Orçamento para 2002

são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico, fatia que no próximo ano somará R\$ 3,8 bilhões, conforme o se-

gador. Uma parte do dinheiro é destinada à qualificação profissional, que será de R\$ 310 milhões em 2002. “Vejam o disparate: o Congresso está deixando de fiscalizar uma verba dez vezes maior que tudo que o governo gasta

com programas de qualificação profissional”, protestou o senador. O FAT também banca o pagamento do abono salarial do PIS e

o seguro-desemprego.

O senador fez poucas alterações na proposta do Executivo para a Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego. A Previdência Social arrecadará de contribuições de empregados e patrões no ano que vem R\$ 69,2 bilhões e gastará R\$ 83,2 bilhões, ou seja, há uma diferença de R\$ 14 bilhões entre receitas e despesas. Já o orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego será no próximo ano de R\$ 13,8 bilhões, dos quais R\$ 5,4 bilhões usados no pagamento do seguro-desemprego a cerca de 4 milhões de pessoas demitidas sem justa causa.

Quintanilha lamenta falta de recursos para investimentos

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lamentou os poucos recursos para investimentos previstos no projeto do Orçamento, principalmente se comparados com as enormes somas destinadas aos juros da dívida interna e externa.

Como responsável pelo relatório setorial sobre desenvolvimento urbano, Quintanilha afirmou que a imensa demanda reprimida nas áreas de habitação e saneamento básico traz tristeza, diante de verbas tão escassas previstas no Orçamento.

— Vejo o sonho da casa própria

para o brasileiro carente cada vez mais distante — observou.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) considerou “absurdo” o fato de um país em desenvolvimento, como o Brasil, dispor de menos de 10% de seu orçamento dirigidos para investimentos.

— Falta ao Congresso a determinação de exigir, do Executivo, mais responsabilidade com o crescimento econômico do país — disse.

FUTEBOL

Leomar Quintanilha voltou a dizer que não antecipará seu voto em

relação ao relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) sobre a CPI do Futebol. Ele ressaltou ter tomado conhecimento do texto somente ontem, quando foi lido na CPI.

— Preciso de tempo para refletir e me informar. Na hora certa, porém, não fugirei à minha responsabilidade de votar — disse.

Quintanilha protestou contra as ilações que a mídia vem fazendo sobre seu voto na CPI. “É interessante como essas notícias grassam sem que eu tenha dado qualquer declaração a respeito”, afirmou.



Quintanilha: sonho da casa própria para o brasileiro carente parece cada vez mais distante

Comissão aprova uso oficial da língua de sinais

A decisão da CE garante o atendimento, por intérpretes profissionais, na linguagem para surdos em repartições públicas e estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares. O projeto será agora votado pelo Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto da ex-senadora Benedita da Silva que reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão. De acordo com o projeto, a administração pública deverá assegurar, nessa linguagem, o atendimento aos surdos em todas as repartições públicas e estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares por intérpretes profissionais.



Geraldo Cândido (D) apresentou na Comissão de Educação parecer favorável à proposta

O relator da matéria, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), afirmou que a proposta assegura “o elementar direito da comunicação a quase três milhões de surdos e mudos no Brasil”. A matéria segue agora para o Plenário.

O projeto voltou ao exame do Senado porque foi modificado na Câmara por emenda da deputada Esther Grossi (PT-RS). Ela substituiu a expressão “linguagem”, adotada pela senadora Marina Silva (PT-AC), que relatou a proposta na Comissão de Assuntos Sociais, por “língua”, como constava do projeto original.

Cândido destacou que a língua brasileira de sinais é reconhecida cientificamente como sistema lingüístico de comunicação ges-

tual-visual, com estrutura gramatical própria e oriunda das comunidades surdas. Ele citou a professora Eulália Fernandes, doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para quem a língua de sinais apresenta, como qualquer outra língua, estrutura própria nos planos fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático.

O relator lembrou que o projeto atende às reivindicações de entidades como a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Surdos e outras que estiveram presentes na 1ª Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo.

LIVRO INFANTIL

Também com parecer favorável

de Cândido, a CE aprovou projeto da Câmara que institui o 18 de abril, data de nascimento de Monteiro Lobato, como o Dia Nacional do Livro Infantil.

— Foi um dos maiores literatos brasileiros, além de personalidade intensamente envolvida nos acontecimentos mais marcantes de sua época, como as campanhas pela saúde pública, pelo voto secreto e pelo petróleo. Com a obra *Menina do Narizinho Arrebitado*, publicada pela primeira vez no Natal de 1920, deu início ao ciclo do *Sítio do Pica-Pau-Amarelo*, que revolucionaria a literatura infanto-juvenil brasileira e o tornaria conhecido mundialmente — lembrou Geraldo Cândido.

Congresso não deve ter programa obrigatório na TV

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação parecer contrário do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) a projeto que modifica o Código Brasileiro de Comunicação, de iniciativa do senador Roberto Requião (PMDB-PR), determinando a veiculação diária obrigatória de programa oficial do Congresso Nacional pelas emissoras de rádio e TV.

O relator disse entender a preocupação do autor da proposta de fortalecer o Legislativo diante de “um movimento de desmoralização, levado a efeito pela mídia”. Argumentou, no entanto, que o Congresso conta com uma das melhores estruturas para divulgação de suas atividades.

Também foram aprovados pela comissão projetos de decreto le-



A Comissão de Educação também aprovou a concessão de rádios comunitárias

gislativo outorgando concessão à MR Radiodifusão, em Caxias (MA), e renovando permissão à Rádio Itapuã Rio Claro (SP) para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. A comissão aprovou ainda projetos de decreto le-

gislativo autorizando a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Avelinópolis (GO) e a Associação e Movimento Comunitário, em Taubaté (SP), a executar serviços de radiodifusão comunitária.

Omar Fontana dará nome ao Aeroporto de São Paulo

Foi aprovado, em segundo turno, pela Comissão de Educação, substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) acrescentando o nome do comandante Omar Fontana ao Aeroporto Internacional de Congonhas/São Paulo.

Ao relator conjuntamente os projetos da senadora Marina Silva (PT) e Nabor Júnior (PMDB), ambos do Acre, propondo que o atual aeroporto de Rio Branco (AC) tenha o nome alterado para homenagear Chico Mendes, como quer Marina, ou Oscar Passos, conforme pretende

Nabor, o relator Gerson Camata (PMDB-ES) propôs que a matéria fosse enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nabor Júnior esclareceu que ele e Marina Silva aguardarão a CCJ se pronunciar para apresentar projeto comum, propondo que o nome de Plácido de Castro seja o do homenageado, em lugar do de Chico Mendes ou Oscar Passos.

A comissão também aprovou projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denominando Prefeito Lebon Duvoisin o viaduto situado no Km 6 da Rodovia BR-101, em Gavura (SC).

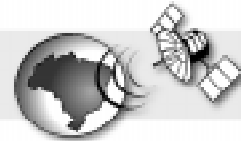
Capital estrangeiro na TV a cabo será debatido hoje

A Comissão de Educação realiza hoje, às 10h, debate sobre o projeto de lei que autoriza a participação de capital estrangeiro em empresas de televisão a cabo. Participam da discussão o diretor-executivo da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg; o vice-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães; o assessor da vice-presidência do Sistema Brasileiro de Televisão

(SBT), Luís Eduardo Borgerth; o diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo César Ramos; e o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Antônio Carlos Valente da Silva.

O requerimento para a realização do debate é da senadora Emilia Fernandes (PT-RS). O projeto foi apresentado pelo senador licenciado Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem como relator o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Alcoolismo — Parte 2
6h30 — Cidadania — O sen. Eduardo Suplicy e Lucélia Santos, diretora de cinema, falam sobre o filme *Timor Lorosaé, a massacre que o mundo não viu*
7h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Votação da reforma do Judiciário (ao vivo)
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — (ao vivo)
14h15 — Entrada ao vivo — Reportagem
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
20h30 — Entrevista — O sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Escala brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Gilvam critica vetos ao Plano de Educação

O PNE, como foi aprovado, é “essencial para que os desejos de universalizar a educação sejam finalmente concretizados”, disse o senador. Para ele, a decisão do Executivo “não subsiste à mínima apreciação crítica”

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou ontem decisão do Poder Executivo de vetar dispositivos do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional. Gilvam definiu o PNE como “essencial para que os desejos de universalizar a educação sejam finalmente concretizados”. Afirmou ainda que os vetos “não subsistem à mínima apreciação crítica”.

O objetivo do PNE, observou, é aumentar de 4,6% para 7%, ao longo dos próximos dez anos, o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação, o que implica um acréscimo de aproximadamente R\$ 24 bilhões para o setor. Na avaliação do parlamentar, os vetos ao plano consideram que esse aumento de recursos constituiria “uma espécie de desperdício”.

Entre os dispositivos do PNE vetados pelo Executivo, o senador citou a ampliação dos Programas de Garantia de Renda Mínima e de Crédito Educativo, além do aumento dos recursos federais

para o ensino superior público, da oferta de ensino público superior e do financiamento da pesquisa científica e tecnológica.

— Se quisermos fazer avançar o Brasil para o nível dos países desenvolvidos, precisamos fortalecer o ensino fundamental. Esse é o requisito para qualquer salto tecnológico que queiramos dar. Mas não se pode dar esse salto com um analfabetismo absoluto que atinge cerca de 15 milhões de pessoas e com uma taxa de repetência de aproximadamente 30% dos alunos da primeira série — afirmou Gilvam Borges.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou Gilvam Borges pelo pronunciamento e disse que a educação é “um dos pilares mais importantes de uma nação”. Maguito observou ainda que o Brasil só vai sair do subdesenvolvimento se houver grandes investimentos na área educacional. “A crise na educação é um problema importante e que precisa ser solucionado”, afirmou.



Gilvam Borges defendeu o fortalecimento do ensino fundamental para que o Brasil avance

Votação de mudanças na CLT deve ficar para 2002, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reafirmou ontem que a tendência do Senado é não votar este ano as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tebet explicou que, não havendo unanimidade entre os líderes, fica inviabilizada a tramitação em urgência urgentíssima, única maneira de a matéria entrar na pauta antes do recesso. A não ser que o quadro mude, afirmou, o projeto só será votado em 2002.

— Para votar no Senado, é preciso que todos os líderes assinem pedido de urgência. Como há líderes que já disseram que não assinam, acho que fica para o ano que vem mesmo.



Para Tebet, tema merece discussão mais ampla e amadurecida

Tebet não quis arriscar prognósticos sobre o resultado da votação da matéria no Senado, mas reiterou que não vê necessidade de tramitação urgente. Segundo disse, o tema merece uma discussão mais ampla e amadurecida. O senador protestou contra as afirmações de que, por ser 2002 ano eleitoral, a proposta acabaria não sendo votada. — É preciso desmistificar essa história de que em ano de eleição não se trabalha. Dizer que não vamos votar não corresponde à realidade. Vamos votar o que for de interesse da nação. Que o Congresso se dedique à eleição é obrigação dele, pois sem eleição não existe democracia.

Emilia faz apelo por acordo com os servidores públicos

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) fez apelo ao governo federal para que ponha fim a alguns pontos de discordância que ainda existem na negociação com os funcionários públicos. Segundo disse, a parte mais importante dos acordos já foi fechada, mas os 65 mil previdenciários, professores e funcionários das universidades temem voltar ao trabalho sem garantia das conquistas.

Emilia observou que “a postura dura do governo federal”, baixando um “pacote antigreve que lembra os tempos da ditadura”, justifica os temores dos servidores.



Emilia: grevistas temem que governo não cumpra acordo

— Ao concentrar o pagamento dos servidores nas mãos do presidente da República e baixar medida provisória prevendo contratação de trabalhadores provisórios, o governo tenta jogar a sociedade contra os servidores — afirmou.

A senadora protestou, ainda, por ser professora, contra comentários do presidente Fernando Henrique sobre a categoria.

— Ele teve a infeliz idéia de declarar que cientistas e pesquisadores fracassados viram professores. Não entendo como um ex-professor pode fazer uma reflexão tão leviana sobre sua própria categoria.

Ademir cobra medidas contra trabalho infantil

Ao analisar a exploração do trabalho infantil no país, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez apelo ao governo para que implemente políticas públicas eficazes no combate aos problemas sociais e ao desemprego.



Ademir: população apelidou bolsa-escola de “bolsa-esmola”

O senador afirmou que, enquanto a prioridade do governo for a obtenção de superávit “para pagar banqueiros internacionais” e manutenção de juros altos para “atender aos interesses de especuladores”, as políticas sociais praticadas no país continuarão a ser inconsistentes e superficiais.

Ademir apontou o programa do governo federal de bolsa-escola, que destina R\$ 15 mensais a cada criança mantida na escola, limitando a R\$ 45 ou a três crianças a cota de cada família, como exemplo de política social ineficaz e de marketing político, além de consumir vultosas somas em propaganda.

Ao criticar o valor do benefício, o parlamentar afirmou que as famílias entram no programa para receber mais R\$ 15, sem ter como abrir mão da renda, quatro ou cinco vezes maior, conseguida pela criança fora da escola. Ademir Andrade salientou que o programa já está sendo apelidado pela população de “bolsa-esmola”.

REPETÊNCIA

O senador ressaltou que, em áreas mais pobres, a educação como possibilidade de melhoria de vida a longo prazo fica em segundo plano diante da urgência de sobreviver. A repetência e a evasão escolar, disse, são consequências diretas da exploração do trabalho infantil.

Na avaliação de Ademir, o caminho para a extinção do trabalho infantil seria atacar as causas do problema, dentre as quais o desemprego e subemprego nas famílias e as mudanças forçadas para as grandes cidades.

Tebet ressalta sessão de hoje do Congresso Nacional

O presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou a importância da pauta da reunião do Congresso Nacional, marcada para as 10h, destinada à apreciação de créditos suplementares para pagamento de pessoal do Executivo, Legislativo e Judiciário.

— Esses créditos precisam ser votados para garantir o pagamento em dia dos servidores dos três Poderes — ponderou. Ele disse acreditar no comparecimento dos parlamentares para assegurar o quórum necessário à realização das votações.

Valadares quer mais recursos para o Rio São Francisco

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu às lideranças partidárias apoio à sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina 0,5% da receita tributária nacional para o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, que deve ser votada pelo Plenário no próximo dia 13.

Valadares registrou a presença, no Congresso Nacional, de comissão de deputados estaduais de Sergipe em apoio à PEC. Para os deputados, deve ser prioridade nacional a garantia de saneamento básico das cidades ribeirinhas, a recuperação das matas ciliares e o combate ao assoreamento do São Francisco. “É um rio agonizante”, disse Valadares.

Cultura ao Meio-Dia debate amanhã a ética na política

O gabinete da senadora Marina Silva (PT-AC), em conjunto com a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove amanhã, às 11h, no Auditório Petrônio Portella, o evento intitulado “Cultura ao Meio-Dia Especial — Debate”.

Está prevista a exibição do filme *A Mulher faz o Homem* (*Mr. Smith Goes to Washington*). Em seguida, haverá um debate sobre a ética na política.

Comporão a mesa de debatedores a senadora Marina Silva e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), além das jornalistas Tezeza Cruvinel (*O Globo*) e Eliane Cantanhede (*Folha de S. Paulo*).

Hartung propõe criação de um Ministério da Reforma Urbana

Para senador, problemas das cidades não podem ser resolvidos somente pelos prefeitos, pois exigem ação conjunta sob liderança do governo federal

Ao lembrar que 80% dos brasileiros vivem em cidades, sendo a metade deles concentrada em 19 regiões metropolitanas, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) propôs a criação de um Ministério da Reforma Urbana, com o objetivo de articular e integrar as políticas setoriais, “hoje dispersas ou inexistentes”. Para ele, somente a formulação de uma política nacional urbana, “pensada de baixo para cima”, priorizando as necessidades das próprias cidades, pode melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Hartung afirmou que os complexos problemas das cidades brasileiras não podem ser resolvidos somente pelos prefeitos. Para ele, cidades sustentáveis devem ser tarefa conjunta de governadores, prefeitos, legislativos e sociedade,



Paulo Hartung informou que 80% da população brasileira vive nas cidades

sob a liderança do governo federal, a quem cabe estabelecer condições e recursos suficientes.

Ele afirmou que suas experiências como prefeito de Vitória e na diretoria da área social do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o convenceram de que apenas a ação integrada garante eficácia aos programas de urbanização, especialmente em

áreas carentes. Hartung citou o projeto São Pedro, que transformou a região mais pobre de Vitória em bairros urbanizados e integrados à cidade formal, ao associar investimentos de infraestrutura com programas ambientais e sociais e de regularização fundiária.

— Os resultados sociais não tardaram a aparecer, com os índices de mortalidade infantil caindo de 30 para cada 1.000 nascidos para um patamar de 10 por 1.000. O comércio floresceu na região, que hoje se tornou pólo de atração de investimentos privados — afirmou.

Para solucionar os problemas das cidades brasileiras de maneira global, Hartung defende, entre outras medidas, a integração em nível nacional das políticas de habitação, transporte de massa, segurança pública, saneamento e ação social.

Projeto de Suplicy institui “renda de cidadania” no Brasil a partir de 2005

Após anunciar que continua pré-candidato à Presidência da República, defendendo a realização de eleições prévias no Partido dos Trabalhadores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de novo projeto de lei para a instituição de uma “renda básica incondicional” a partir de 2005. O benefício ficaria sujeito a referendo popular coordenado pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2004. Suplicy chamou essa nova iniciativa de “renda de cidadania”, pois seria concedida anualmente a todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos, não importando sua condição sócio-econômica ou até mesmo se esteja trabalhando ou desempregado.

Suplicy argumentou que esse



Conforme projeto de Suplicy, medida seria condicionada a referendo popular

modelo de renda básica causa importante efeito sobre o mercado de trabalho.

— Ela dá ao trabalhador poder de barganha e liberdade de escolha diante de ofertas de trabalho caracterizadas por condições humilhantes, subumanas ou próximas da escravidão. Para aquelas pessoas que por vezes não encontram alternativa de sobrevivência que não seja a venda de seu corpo, a prostituição ou o oferecimento de seus préstimos a quadrilhas de narcotráfico, a renda básica pode representar o resgate da dignidade — explicou o senador.

O projeto prevê o pagamento do benefício em valor igual a todos, podendo ser feito em parcelas mensais, cabendo ao Poder Executivo definir quanto será este valor, com a ressalva de que deverá ser suficiente para atender

as despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, habitação, educação e saúde, “considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”.

A renda de cidadania, segundo Suplicy, seria paga em dinheiro, através de cheque ou cartão de crédito específico, e não na forma de bens ou serviços, nem de cupons ou selos. Ela também complementar, não substituiria, transferências na forma de bens e serviços existentes, como os de educação e saúde públicas.

— É perfeitamente possível caminharmos gradualmente dos diversos desenhos de programas de renda mínima e seguridade social para a renda básica universal, de maneira a assegurar a todas as pessoas o direito inalienável de participar da riqueza da nação e ter o suficiente para as suas necessidades vitais — assegurou.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) reafirmou sua admiração pela “pregação histórica” de Suplicy em favor da renda mínima.

Alcântara destaca palestra de Jereissati no Banco Mundial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, deveria preferir ontem, em Washington, palestra no Banco Mundial sobre o programa São José. Esse programa, promovido pelo governo do estado, visa combater a pobreza rural em 177



Conforme Lúcio Alcântara, conferência abordou programa contra pobreza rural no Ceará

municípios cearenses. A palestra seria apresentada no evento denominado Participação, Descentralização e Pobreza Rural.

No programa, é a população que escolhe os projetos a serem realizados, como também fiscaliza sua execução. Esses projetos atendem a demandas nas áreas de infraestrutura, eletrificação, construção de escolas, instalação de centros culturais e realização de projetos sociais,

entre outras.

Lúcio Alcântara informou que o programa São José acabou por originar outros dois programas federais. Segundo ele, tanto os programas Banco da Terra e Cédula da Terra — destinados a financiar a aquisição de propriedades —

quanto o Luz no Campo — que visa a eletrificação rural — foram inspirados na iniciativa do governo do Ceará.

Os projetos do São José — financiados com recursos do próprio Banco Mundial — foram contemplados, em sua primeira etapa, com cerca de R\$ 211 milhões. A previsão é que, entre 2001 e 2004, sejam realizadas mais 2 mil ações, beneficiando 120 mil famílias.

Marluce registra êxito do Amazontech 2001

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) registrou ontem o sucesso do evento Amazontech 2001, ocorrido em Boa Vista (RR), de 20 a 25 de novembro. Ela disse que mais de 64 mil pessoas passaram pelo Amazontech 2001, que contou com feiras, palestras, rodadas de negócios e apresentação de projetos. O evento procurou mostrar novos rumos para a ciência, a tecnologia e negócios sustentáveis para a Amazônia.

Promovido pelo Sebrae, Embrapa e Universidade Federal de Roraima, o Amazontech 2001 rendeu quase R\$ 2 milhões aos setores hoteleiro, de alimentação e entretenimento, segundo seu diretor de estratégia, Alexandre Henklain, citado pela senadora. Ele informou ainda à parlamentar que a comercialização de



Evento mostrou novos rumos para desenvolvimento da Amazônia, disse Marluce

produtos e serviços tecnológicos ultrapassou o volume de R\$ 7,7 milhões, com a participação de 138 empresas expositoras.

Marluce Pinto disse que, segundo o diretor do evento, mais de 170 empresas participaram das rodadas de negócios, sendo que outras 140 realizaram contatos empresariais. Foram ainda apresentados 73 projetos — sendo 41 de Roraima, 27 de outros estados e 5 da Venezuela.

— Podemos dizer que esse evento foi a luz que nos faltava ao fim do túnel. Afinal, nosso potencial é por demais conhecido; literalmente nos perdemos entre fauna e flora exuberantes, pisando sobre riquezas incalculáveis adormecidas no subsolo, enquanto na superfície a pobreza espalhada nos causa indignação — afirmou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Leomar Quintanilha